

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF

**Elaboração de Estudos Ambientais visando atender as Condições
estabelecidas na Licença Prévia nº 13/2006 do Projeto Hidroagrícola
Jequitáí**

RELATÓRIO TÉCNICO - RT-19

PROGRAMA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

CONSÓRCIO ENGECORPS ♦ FLORAM

929-CDF-PMA-RT-P053

Agosto / 2010

ÍNDICE

PÁG.

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO.....	4
2.1	SUBPROGRAMA DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA.....	4
2.1.1	Justificativa.....	4
2.1.2	Objetivos	4
2.1.3	Metodologia.....	4
2.1.4	Responsabilidades	5
2.1.5	Duração.....	5
2.2	SUBPROGRAMA DE SALVAMENTO/RESGATE DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PRÉ-HISTÓRICOS E HISTÓRICOS	5
2.2.1	Introdução	5
2.2.2	Objetivos	6
2.2.3	Metodologia.....	6
2.2.4	Responsabilidades	7
2.2.5	Cronograma.....	7
2.2.6	Estimativa de Custos.....	7
2.3	SUBPROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	7
2.3.1	Justificativa.....	8
2.3.2	Objetivos	8
2.3.3	Metodologia.....	8
2.3.4	Responsabilidades	9
2.3.5	Cronograma.....	9
2.3.6	Estimativa de Custos.....	9
2.4	SUBPROGRAMA DE MONITORAMENTO	9
2.4.1	Justificativa.....	9
2.4.2	Objetivo.....	9
2.4.3	Metodologia.....	10
2.4.4	Responsabilidades	10
2.4.5	Duração.....	10
2.4.6	Estimativas de Custos	10

1. INTRODUÇÃO

Os sítios arqueológicos e seus conteúdos de valor cultural são testemunhos de processos sociais envolvendo comunidades do passado, formadoras da identidade brasileira, que, em face aos eventos contemporâneos, deve-se estudar e compreender. Nesse sentido, os sítios arqueológicos estão inseridos como bens da União, a quem cabe assegurar não só sua proteção como também a sua fruição por parte do povo brasileiro.

Partindo dessa premissa, e visando ao cumprimento da legislação vigente, neste documento, são propostos os programas que compatibilizam as etapas do processo de licenciamento do Projeto Hidroagrícola Jequitai com os procedimentos arqueológicos necessários à proteção e salvaguarda do patrimônio arqueológico e cultural da União – Resolução CONAMA nº 001 de 1986, Portarias IPHAN nº 07 de 1988 e nº 230 de 2002 – sujeitos a impactos diretos do empreendimento.

Os programas apresentados na sequência seguiram duas orientações: o faseamento previsto pela CODEVASF para a implantação e operação do Projeto Hidroagrícola Jequitai, que prevê a implantação prioritária do Aproveitamento Jequitai I, e o processo de licenciamento em si, que prevê a realização de atividades de prospecção arqueológica visando à obtenção de Licença de Instalação e procedimentos de salvamento, educação patrimonial e demais medidas de salvaguarda e proteção do patrimônio visando à obtenção da Licença de Operação.

Cumprir salientar que os procedimentos detalhados neste Plano de Controle Ambiental (PCA) deverão ser desenvolvidos nas áreas de influência direta e entorno do empreendimento em pauta, segundo critérios técnicos arrolados pelo arqueólogo responsável pela condução dos trabalhos.

O Diagnóstico Arqueológico para a região de influência do Projeto Jequitai identificou os programas considerados fundamentais para a proteção do patrimônio arqueológico e cultural.

2. PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO

Este Programa está estruturado em quatro Subprogramas, descritos em continuação.

2.1 SUBPROGRAMA DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA

2.1.1 Justificativa

Considerando os vestígios arqueológicos identificados nas áreas de influência do empreendimento como um todo, caracterizados por sítios arqueológicos históricos (mineração) e pré-históricos (rupestres) é necessária a implementação do Subprograma de Prospecção Arqueológica na área do Aproveitamento Jequitáí I, conforme previsto na Portaria IPHAN nº 230/02.

2.1.2 Objetivos

O projeto proposto visa documentar detalhadamente as características dos vestígios detectados na ADA do empreendimento, buscando contribuir para a preservação da memória da ocupação pretérita da região.

2.1.3 Metodologia

Inicialmente, deverá ser elaborado um Projeto a ser encaminhado ao IPHAN e submetido à sua apreciação e aprovação. Na sequência, deverá ser realizado um levantamento de dados secundários, ampliando aqueles obtidos para o Aproveitamento Jequitáí I.

Em campo, serão realizados levantamentos prospectivos sistemáticos na ADA do Aproveitamento Jequitáí I, cujos procedimentos serão baseados em entrevistas com moradores locais e na abertura de furos de sondagem utilizando cavadeiras articuladas. Visando amostrar a área de forma a mais completa possível, os furos serão abertos em intervalos regulares de 20 m, a uma profundidade média de 1,00 m. As áreas privilegiadas para esses procedimentos serão aqueles compartimentos ambientais favoráveis à ocupação humana, como terraços fluviais, confluência de drenagens, topos de vertentes e áreas próximas a afloramentos rochosos. Como se trata de um *canyon*, a área será percorrida sistematicamente em busca de abrigos com inscrições rupestres e pisos sedimentares.

Cada sondagem realizada será registrada em ficha específica contendo: sua localização a partir de receptor GPS, fotos, registros textuais da vegetação, relevo e hidrografia locais, bem como deverá conter observações sobre uso da terra e ocupações, passadas e contemporâneas. O sedimento deverá ser peneirado e checado pelo arqueólogo responsável, cujas anotações deverão implicar na caracterização e mudança de sedimento, quando isso ocorrer.

Caso sejam identificados achados fortuitos, os mesmos deverão ser coletados para análise em laboratório. Em caso de jazidas arqueológicas, o local deverá ser delimitado a partir das evidências superficiais e demarcado para a execução dos procedimentos de salvamento e resgate de sítios arqueológicos.

Na área, serão realizados procedimentos amostrais orientados por observações diretas da superfície e da paisagem, por entrevistas realizadas com moradores locais e pela abertura de sondagens em áreas favoráveis à ocupação humana. Nas áreas escolhidas, serão realizadas sondagens compondo uma malha com dimensões variáveis segundo a avaliação local e a área em foco, tendo como intervalos entre os furos a distância de 20 m.

Em laboratório, serão tratados os dados e informações obtidos para elaboração do relatório final de prospecção e proposição do escopo de um projeto de resgate arqueológico, caso este seja indicado, a ser encaminhado ao IPHAN.

2.1.4 Responsabilidades

O desenvolvimento do Subprograma de Prospecção Arqueológica deverá ficar a cargo de equipe de arqueologia ou arqueólogos devidamente reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

2.1.5 Duração

Este Subprograma deverá ter início concomitante ao início das obras de engenharia, principalmente daquelas relacionadas à movimentação de terras que se fizere necessária para a implantação do Aproveitamento Jequitaí I, e terá como tempo limite de duração, o prazo definido pelo cronograma de implantação das obras de implantação do empreendimento.

2.2 SUBPROGRAMA DE SALVAMENTO/RESGATE DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PRÉ-HISTÓRICOS E HISTÓRICOS

2.2.1 Introdução

A Arqueologia, como toda ciência social, também utiliza o método indutivo. Para que se possa estabelecer enunciados e conclusões, a indução parte do particular para chegar ao geral, tendo como objetivo obter respostas sobre os estilos de vida, sistemas sociais e comportamento de populações humanas pretéritas.

É necessário, portanto, a existência de vestígios para que se possam resgatar estes conhecimentos, que, por sua vez, são testemunhos não só de fontes materiais como também de aspectos imateriais da cultura. Neste aspecto, a Arqueologia, através de uma metodologia específica, contribui para a localização destes vestígios e sua interpretação.

Na Fase de Salvamento, deve-se considerar não só a complexidade de cada sítio no contexto em que ocorre e seu peso global na reconstituição da dinâmica histórica, como também as medidas adotadas para cada caso.

Nesse sentido, parte-se da constatação de que vestígios arqueológicos diferentes apresentam diferentes necessidades de salvamento. Constata-se também que, para cada sítio, deverá caber um conjunto de medidas de salvamento que deverão ser adotadas em função de suas especificidades.

O trabalho de salvamento deverá, portanto, procurar captar sempre a diversidade dos sítios, a partir do estabelecimento de hierarquias que considerem o potencial informativo de cada um. Em outras palavras, vale dizer que cada sítio apresenta um volume diferente de informações a serem resgatadas mesmo quando comparadas com sítios semelhantes entre si.

Justifica-se o estudo de sítios arqueológicos independente de sua localização geográfica em função de sua relevância histórica e significância científica. Um recurso cultural é historicamente relevante se pode ser associado a um evento ou um aspecto individual específico da História, ou de maneira mais ampla, se ele pode fornecer informações a respeito dos padrões culturais durante o período histórico.

A significância científica envolve o potencial do uso dos recursos culturais para o estabelecimento de fatos e generalizações confiáveis sobre o passado ou sobre as relações entre cultura material, comportamento humano e cognição. Como os vestígios arqueológicos permitem o estudo tanto das culturas como de ambientes antigos, a Arqueologia pode ser significativa para o avanço tanto das ciências sociais quanto das naturais.

Os caminhos a serem seguidos como medidas mitigadoras apontam para o rumo do conhecimento, e isto só é possível se os sítios identificados forem devidamente estudados. Nesse sentido, é necessário o desenvolvimento de um programa de salvamento/resgate arqueológico que contemple os sítios arqueológicos, caso esses venham a ocorrer na área diretamente afetada pelo empreendimento.

2.2.2 Objetivos

- ✓ Realização de diferentes tipos de registros que permitam a reconstituição, em laboratório, das condições objetivas dos vestígios e do sítio arqueológico;
- ✓ Realização de sondagens e escavação ampliada para o resgate dos vestígios arqueológicos;
- ✓ Tratamento, em laboratório, do material coletado durante a fase de resgate;
- ✓ Análise dos vestígios com vistas a elaborar relatórios relativos ao desenvolvimento e resultados do programa de resgate;
- ✓ Divulgação dos resultados finais do programa através de palestras, conferências e apresentação de trabalhos em congressos.

2.2.3 Metodologia

Os procedimentos metodológicos relacionados à etapa de salvamento arqueológico hierarquizam uma série de atividades que deverão ser realizadas com vistas a um melhor resultado final.

- ✓ Documentação fotográfica inicial das condições em que o sítio se encontra no início dos trabalhos;

- ✓ Limpeza da área de ocorrência dos vestígios para a sua delimitação precisa, tanto do ponto de vista horizontal quanto vertical;
- ✓ Realização de sondagens para a definição das áreas a serem escavadas em perspectiva ampliada (trincheiras, quadrículas, tabuleiro de xadrez, etc.);
- ✓ Limpeza, triagem e classificação dos vestígios com o estabelecimento de tipologias a partir das suas características físicas e funcionais;
- ✓ Análise do conjunto de vestígios considerados no contexto de sua identificação/localização;
- ✓ Elaboração de textos de síntese explicativa do processo histórico que produziu o conjunto de vestígios arqueológicos resgatados e analisados. Esta análise será desenvolvida com o respaldo de todas as informações obtidas através de pesquisa bibliográfica e documental realizada na fase de identificação/prospecção;
- ✓ Elaboração de material de divulgação dando um retorno social do programa de resgate desenvolvido.

2.2.4 Responsabilidades

O desenvolvimento deste Subprograma deverá ser realizado através de projeto específico para tal fim e estar a cargo de empresas de arqueologia ou equipes de arqueologia, reconhecidas junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN. Ressalta-se que o projeto de Pesquisa Arqueológica relacionado ao salvamento também deverá ser submetido ao IPHAN para a devida aprovação e autorização devendo estar em conformidade com a com a Portaria SPHAN Nº. 07 de dezembro de 1998 e a Portaria 230 de dezembro de 2003.

2.2.5 Cronograma

O cronograma físico do Subprograma de Salvamento Arqueológico deverá ser compatível com a execução do empreendimento, sendo que o salvamento de sítios arqueológicos deverá ser realizado antes das intervenções das obras e de acordo com a sequência das áreas a serem afetadas pela execução das obras de engenharia. A ordenação dos sítios a serem resgatados deverá ter como referência o cronograma de execução das obras de engenharia para a implantação do empreendimento, priorizando-se o estudo daqueles em conformidade com a localização em que se encontram.

O cronograma físico de atividades deste subprograma está apresentado no 929-CDF-PMA-RT-P062 - Plano de Ação Ambiental – ANEXO I.

2.2.6 Estimativa de Custos

O custo de implantação deste subprograma está apresentado no 929-CDF-PMA-RT-P062 - Plano de Ação Ambiental – ANEXO II.

2.3 SUBPROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

2.3.1 Justificativa

Sabe-se que os efeitos das transformações causadas por empreendimentos potencialmente impactantes sobre as expressões, referências paisagísticas e socioculturais das comunidades, exigem como contrapartida a necessidade de identificação, estudos, proteção e divulgação deste patrimônio. Portanto, faz-se necessário que os agentes fomentadores desses empreendimentos criem uma consciência a respeito dessas ações.

Nesse sentido, justifica-se, pois, a adoção de um Subprograma de Educação Patrimonial que, além de contribuir para o esclarecimento das atividades arqueológicas, constitui importante mecanismo do exercício da cidadania, porquanto predispõe os indivíduos a agirem no sentido da preservação do patrimônio arqueológico relativo à comunidade a que pertencem.

Ressalta-se também que a Educação Patrimonial é parte integrante dos processos de defesa do patrimônio e sobre os quais as instituições governamentais e as de pesquisa na área de Arqueologia desenvolvem suas políticas de preservação.

2.3.2 Objetivos

- ✓ Sensibilizar funcionários da CODEVASF e operários das empresas vinculadas à construção do empreendimento sobre as atividades/importância da pesquisa arqueológica;
- ✓ Divulgar os diferentes tipos de vestígios para o pessoal diretamente envolvido na implantação do empreendimento, com vistas a otimizar as informações sobre a ocorrência dos mesmos para a equipe de arqueologia responsável pelo programa de monitoramento;
- ✓ Valorização do patrimônio junto aos garimpeiros em atividade na área de influência do empreendimento.

2.3.3 Metodologia

O plano de ação estará focado na sensibilização dos envolvidos quanto à educação patrimonial, através de estratégias voltadas para a disseminação de informação por meio de palestras, elaboração de material educativo e de divulgação, de forma a atender às seguintes demandas:

- ✓ Divulgação da natureza dos diferentes tipos de vestígios arqueológicos para funcionários da CODEVASF e operários das empresas vinculadas à implantação do empreendimento em pauta;
- ✓ Treinamento do pessoal diretamente envolvido nas obras, especialmente os que atuarão nas atividades que intervêm nos terrenos, sobre os tipos de vestígios arqueológicos que possam ser fortuitamente encontrados. Este treinamento, além de aumentar as chances de preservação dos vestígios, permitirá que as informações sobre os mesmos cheguem mais rapidamente à equipe de arqueologia responsável pelo Subprograma de Monitoramento Arqueológico;

- ✓ Realização de palestras informativas junto à Associação de Garimpeiros de Jequitaiá.

Este Subprograma deverá ser desenvolvido de maneira articulada com o Programa de Educação Socioambiental.

2.3.4 Responsabilidades

O desenvolvimento de um programa desta natureza deverá ficar a cargo de profissionais com perfil adequado para as tarefas previstas. Tais profissionais deverão ter experiência e conhecimento quanto às características do empreendimento e também no campo da Arqueologia, a fim de que os resultados do programa possam alcançar o objetivo desejado.

2.3.5 Cronograma

O cronograma físico do Subprograma de Educação Patrimonial deverá ser compatível com a execução do Programa de Salvamento/Resgate Arqueológico. Recomenda-se que seja realizado como uma síntese dos achados na região do empreendimento devido à continuidade das ocorrências, público e área de influência.

O cronograma físico de atividades deste subprograma está apresentado no 929-CDF-PMA-RT-P062 - Plano de Ação Ambiental – ANEXO I.

2.3.6 Estimativa de Custos

O custo de implantação deste programa está apresentado no 929-CDF-PMA-RT-P062 - Plano de Ação Ambiental – ANEXO II.

2.4 SUBPROGRAMA DE MONITORAMENTO

2.4.1 Justificativa

O Subprograma de Monitoramento proposto refere-se às obras que serão executadas em decorrência da implantação do Aproveitamento Jequitaiá I e deverá ser implementado principalmente nas áreas onde ocorrer movimentação de terra, no início da implantação do empreendimento.

A realização do monitoramento por arqueólogos deverá seguir o cronograma das obras de engenharia, através do acompanhamento permanente das atividades de implantação das mesmas e de acordo com a quantidade de frentes de trabalho, sendo que a atuação dos arqueólogos deve ser feita de maneira integrada com as equipes que integram as atividades relacionadas à implantação do empreendimento em campo.

2.4.2 Objetivo

- ✓ Monitorar as áreas onde deverão ocorrer as obras de implantação do empreendimento.

- ✓ Identificação de processos e ações que possam prevenir e/ou estancar processos destrutivos aos vestígios e sítios arqueológicos, caso esses ocorram.

2.4.3 Metodologia

O monitoramento deverá ser realizado através do acompanhamento permanente por arqueólogos, em campo, da área de implantação do empreendimento e pelo período de tempo relativo à de implantação das obras de engenharia. O mesmo deverá ser acompanhado pelo programa de Educação Patrimonial na sua fase inicial.

Caso haja a identificação e a confirmação da presença de vestígios arqueológicos ou sítios arqueológicos quando da realização das obras para implantação do empreendimento, nas áreas onde os mesmos forem identificados, deverá ser promovido o resgate arqueológico através de programa específico de salvamento arqueológico.

Ressalta-se que a partir da localização de vestígios ou sítios arqueológicos, caso estes ocorram, AS OBRAS DEVERÃO SER PARALISADAS e tal fato deverá ser comunicado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Portaria IPHAN-nº 07/1988). Se confirmada a presença de vestígios ou sítios arqueológicos, deverá ser realizada uma avaliação da área de ocorrência dos mesmos e a proposição de medidas de salvamento. Nesse sentido deverá ser solicitada junto ao IPHAN, autorização, necessária e imprescindível, para escavação mediante apresentação de projeto para obtenção de Portaria de Autorização daquele órgão, pois para esta etapa do trabalho arqueológico é necessária a obtenção de licença junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

2.4.4 Responsabilidades

O desenvolvimento do Subprograma de Monitoramento deverá ficar a cargo de equipe de arqueologia ou arqueólogos devidamente reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

2.4.5 Duração

Este Subprograma deverá ter início concomitante ao início das obras de engenharia, principalmente daquelas relacionadas à movimentação de terras, que se fizerem necessárias para a implantação do empreendimento e terá como tempo limite de duração, o prazo definido pelo cronograma de implantação das obras.

2.4.6 Estimativas de Custos

O custo de implantação deste programa está apresentado no 929-CDF-PMA-RT-P062 - Plano de Ação Ambiental – ANEXO II.